

DIREITO TRIBUTÁRIO

Estratégia OAB

II SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

2ª FASE - DIREITO TRIBUTÁRIO

ENUNCIADO DA PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL:

Em 2026, o Estado Beta ajuizou execução fiscal contra Carlos Eduardo Ribeiro, domiciliado na Comarca Alfa, para cobrar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício de 2026, objeto da Certidão de Dívida Ativa nº 1234/2026. Segundo a lei estadual, o fato gerador do IPVA ocorre em 1º de janeiro de cada exercício.

O crédito inscrito refere-se a dois veículos que constam, nos cadastros do órgão estadual de trânsito, em nome de Carlos:

I. um automóvel de passeio, fabricado em 2004; e

II. uma caminhonete, fabricada em 2019, que Carlos vendeu e entregou a Roberto em setembro de 2025, por contrato com firma reconhecida em cartório. Carlos comunicou a alienação ao órgão estadual de trânsito em outubro de 2025, mas Roberto ainda não providenciou a expedição de novo certificado de registro em seu nome.

2

Citado, Carlos apresentou exceção de pré-executividade, instruída com o certificado de registro e licenciamento do automóvel, o contrato de venda da caminhonete e o comprovante da comunicação de venda ao órgão de trânsito. O Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca Alfa rejeitou a exceção, por entender que as alegações exigiriam dilação probatória, incompatível com a via eleita, determinou o prosseguimento da execução e, na mesma decisão, deferiu o bloqueio imediato de ativos financeiros de Carlos, pelo sistema Sisbajud, até o valor integral do débito.

Como advogado(a) de Carlos, ciente de que se passaram 8 dias úteis da intimação da decisão e de que o bloqueio dos valores é iminente, elabore a peça processual adequada para impugnar a decisão, abordando todos os fundamentos de Direito material e processual que respaldem a pretensão do seu cliente, certo que todos os documentos estão provados. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Antônio, domiciliado e residente em Curitiba, Estado do Paraná, faleceu em 10 de março de 2026, deixando dois filhos como únicos herdeiros: Bruno, domiciliado em Florianópolis, e Clara, domiciliada em São Paulo. O inventário está sendo processado extrajudicialmente, por escritura pública lavrada em tabelionato de notas de São Paulo, onde reside Clara.

Ao falecer, Antônio mantinha: (i) um apartamento situado em Florianópolis, Estado de Santa Catarina; (ii) quotas de fundos de investimento e outras aplicações financeiras, depositadas em instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal; e (iii) um plano VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), contratado em vida com uma seguradora, no qual indicou Clara como beneficiária, com saldo de R$ 1.500.000,00.

Diversos entes federados passaram a disputar a cobrança do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) incidente sobre esses bens e direitos.

Sobre a hipótese apresentada, responda aos itens a seguir.

A) Qual é o ente federado competente para exigir o ITCMD incidente sobre o apartamento e qual é o competente em relação às quotas de fundos de investimento e às demais aplicações financeiras? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Incide o ITCMD sobre o valor do plano VGBL recebido por Clara? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Em 30 de dezembro de 2025, o Estado Alfa publicou lei ordinária que estendeu o IPVA às embarcações e às aeronaves, com vigência imediata, e fixou como fato gerador a propriedade em 1º de janeiro de cada ano.

Com base nessa lei, em 2026 o Estado notificou a sociedade empresária Mar e Céu Ltda. para pagar o IPVA de 2026 de dois bens seus: (i) uma lancha, usada pelos sócios para lazer; e (ii) uma aeronave, usada em serviços de táxi aéreo a terceiros, sendo a empresa operador certificado pela autoridade de aviação civil.

A sociedade empresária sustenta que o IPVA só pode incidir sobre veículos terrestres, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal, e que as duas cobranças são indevidas.

Diante dessa situação, responda aos itens a seguir.

A) Sob a ótica da competência tributária, a lei estadual é válida ao alcançar a lancha e a aeronave da sociedade empresária? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Independentemente da resposta ao item A, poderia o Estado Alfa exigir o IPVA do exercício de 2026 relativo à lancha, com base na lei publicada em 30 de dezembro de 2025? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

O Município Delta publicou, em março de 2026, duas leis municipais, ambas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027:

• a Lei nº 100/2026, que instituiu a "taxa de iluminação pública", cobrada anualmente de todos os proprietários de imóveis urbanos, com valor calculado conforme a testada de cada imóvel e destinada ao custeio do serviço de iluminação das vias e logradouros públicos; e

• a Lei nº 101/2026, que instituiu contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria de sistema de videomonitoramento, por câmeras instaladas em ruas e praças, voltado à segurança e à preservação dos logradouros públicos, a ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica dos imóveis situados no território do Município.

Um grupo de contribuintes consulta você, como advogado(a), sobre a validade dessas cobranças.

Responda aos itens a seguir.

A) É válida a instituição da taxa de iluminação pública prevista na Lei nº 100/2026? Justifique. (Valor: 0,65)

B) É válida a instituição da contribuição prevista na Lei nº 101/2026 e a sua cobrança na fatura de energia elétrica? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

A sociedade empresária Comercial Gama Ltda., estabelecida no Estado Beta, é devedora de ICMS declarado e não pago, cujo crédito tributário está definitivamente constituído e regularmente inscrito em dívida ativa.

Para forçar o pagamento, a Fazenda estadual adotou duas medidas: (i) agentes fiscais apreenderam mercadorias da empresa que estavam em transporte, com documentação fiscal regular, e as mantiveram retidas até o pagamento integral do débito; e (ii) a Fazenda encaminhou a certidão de dívida ativa a protesto extrajudicial, com base na Lei nº 9.492/1997.

A sociedade empresária sustenta que as duas medidas são formas ilegítimas de coação indireta ao pagamento do tributo.

Diante dessa situação, responda aos itens a seguir.

A) É legítima a apreensão e a retenção das mercadorias como meio de compelir a empresa ao pagamento do débito? Justifique. (Valor: 0,65)

B) É legítimo o protesto da certidão de dívida ativa? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

15